

**055**

**AÇÃO POPULAR.** *Glauce Rosset, Alexander Longaray, Maurício dos Santos* (Projeto de Iniciação Científica, Faculdade de Direito Ritter dos Reis).

A Sociedade Brasileira passa por um processo de desestatização resultado de postulados liberais, hoje hegemônicos. A implementação de tal projeto político só pode ser realizado se de acordo com a legalidade e a moralidade pública. Assim não sendo, há ato lesivo ao patrimônio público, ato que legitima qualquer cidadão à promoção da ação popular (CRFB, Art. 5º, LXXIII). O trabalho visa, através da análise de peças processuais de ações populares propostas contra atos desestatizantes, evidenciar a importância do instituto para defesa tanto do patrimônio público, quanto das minorias em um regime democrático. Ainda, mostrar a profunda relação existente entre argumentos políticos e jurídicos em tais questões.